



Gerardo Magalhães/Agência Senado



Ao lado do presidente do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares (E), o relator, Humberto Costa, lê seu documento preliminar recomendando que Demóstenes responda a processo disciplinar

Relatório pede abertura de processo contra Demóstenes

Documento preliminar de Humberto Costa no Conselho de Ética considera admissível a representação do PSOL contra o acusado e aponta indícios de quebra de decoro parlamentar e de “práticas contrárias à ética”. Votação do documento deve ocorrer na próxima terça-feira

O relator concluiu que Demóstenes Torres tinha conhecimento das atividades ilícitas de Cachoeira e “faltou com a verdade” quando afirmou, em Plenário, que somente

possuía relações sociais com ele. Para Humberto Costa, o senador goiano teria atuado, no exercício do mandato, de forma a fazer prevalecer os interesses do contraventor no segmento de jogos

de azar. Ainda segundo o relatório, Demóstenes teria recebido vantagem indevida ao aceitar um aparelho Nextel, “cujo pretexto e finalidade são passíveis de questionamentos”. 2

Pablo Valadares/Agência Senado



Fernando Collor (C) dirige sabatina de Susan Kleebank e Marcio Araujo Lage

CRE aprova embaixadores para Botswana e Eslováquia

Sabatinados ontem pelos senadores da Comissão de Relações Exteriores, os diplomatas Marcio Araujo Lage e Susan Kleebank terão

seus nomes submetidos ao Plenário para representar o país em Botswana (África) e na República Eslovaca (Europa Oriental), respectivamente. 5

Acordo com ONU sobre Rio+20 é aprovado 5

Comissão vai propor a Dilma vetos ao Código Florestal 4

Construção de usinas gera injustiça social, diz senador 4



José Cruz/Agência Senado

CDH debate relatório do Conselho Federal de Psicologia sobre condições dos locais de internação de dependentes de drogas

CDH quer investigar “crack-salário”

A Comissão de Direitos Humanos pedirá inspeção em canaviais na região de Araraquara (SP) aos ministérios do Trabalho, da Justiça e da Saúde para investigar denúncia

de que pedras de crack vêm servindo de pagamento para cortadores de cana dependentes da droga. O assunto foi levado ontem aos senadores durante audiência. 7

Curta o Jornal do Senado no Facebook e fique por dentro do que acontece no Senado



facebook.com/jornaldosenado

Elogio e crítica à nova regra para poupança 3

Comissão se reúne com ministro dos Transportes 8

Bolsa social deve ir para mulher chefe de família 6

Relatório de Humberto Costa, apresentado ontem, recomenda que Conselho de Ética do Senado abra processo disciplinar contra Demóstenes por sua ligação com Carlinhos Cachoeira

Relator sugere processo contra Demóstenes

O SENADOR DEMÓSTENES Torres (sem partido-GO) deve responder a processo disciplinar no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. É o que recomenda o relatório preliminar do senador Humberto Costa (PT-PE), apresentado ontem ao conselho e com votação marcada no colegiado para terça-feira.

Humberto propôs a admissibilidade da representação do PSOL e apontou indícios de quebra de decoro parlamentar e de “práticas contrárias à ética” por parte de Demóstenes. O senador por Goiás é acusado de envolvimento com o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Após duas horas de leitura das 62 páginas do documento, o relator concluiu que Demóstenes tinha conhecimento das atividades ilícitas de Cachoeira e que “faltou com a verdade” em seu pronunciamento, no dia 6 de março, no Plenário, quando afirmou que somente possuía relações sociais com o empresário.

Além disso, de acordo com o relatório, Demóstenes teria recebido vantagem indevida ao aceitar do contraventor um aparelho Nextel, “cujo pretexto e finalidade são igualmente passíveis de questionamentos”.



Com Antonio Carlos Valadares, presidente do Conselho, Humberto (E) diz que não embasou parecer em matérias de jornais

Para Humberto Costa, o senador goiano teria atuado, no exercício do seu mandato, de forma a fazer prevalecer os interesses de Cachoeira no segmento de jogos de azar. Boa parte do documento lido ontem foi dedicada ao tema.

No parecer, Humberto ressalta que Demóstenes afirmou em Plenário que sempre militou contra a legalização dos jogos de azar no Parlamento. Todavia, ao consultar os anais do Senado, o relator verificou que, nos projetos, pronunciamentos e apartes do senador goiano, não há qualquer menção à sua referida militância contrária à legalização dos

jogos ou a favor da transformação em crime.

Embasamento

Humberto também enfatizou que não usou em seu relatório o conteúdo de matérias jornalísticas nem de gravações e escutas telefônicas, exatamente para que não houvesse contestação posterior por parte da defesa.

Na avaliação do relator, ficou clara a existência de uma relação, além de simples relacionamento de amizade, entre Demóstenes Torres e Carlinhos Cachoeira, “não apenas pelos fatos divulgados na imprensa, mas por fatos

confirmados pelo próprio parlamentar”.

Nesse ponto do documento, Humberto salientou que Demóstenes confirmou ter recebido, como presente de casamento, uma geladeira e um fogão importados; confirmou ter trocado centenas de telefonemas com o contraventor já durante o exercício do mandato parlamentar; reconheceu terem sido feitas “milhares” de referências a seu nome em diálogos entre Cachoeira e outras pessoas; e admitiu a conversa com Cachoeira sobre o pagamento de aluguel de um avião.

Defesa queria mais prazo para analisar parecer

A leitura do relatório não foi acompanhada por Demóstenes Torres. Após a apresentação, seu advogado, Antônio Carlos de Almeida Castro, pediu mais cinco dias para examinar o parecer. Segundo ele, a maior parte do que foi apresentado não consta da representação protocolada pelo PSOL.

— Vim preparado para enfrentar uma representação do PSOL, mas o voto aqui apresentado é relativo a outros fatos. O primeiro direito do cidadão é de ser bem acusado, de ter contra si formulada uma acusação precisa, definida e delimitada — disse o advogado, que teve o pedido de ampliação do prazo negado.



Para advogado de defesa, parecer fugiu à representação do PSOL

Cronologia do caso

- 29/fev.** Carlinhos Cachoeira e mais 34 pessoas são presas na Operação Monte Carlo, da Polícia Federal.
- 6/mar.** O senador Demóstenes Torres vai ao Plenário se explicar sobre acusações da imprensa de que teria mantido quase 300 contatos telefônicos com Cachoeira. Depois de negar irregularidades, recebe o apoio de 44 senadores.
- 27/mar.** Demóstenes deixa a liderança do DEM.
- 28/mar.** O PSOL representa contra Demóstenes junto ao Conselho de Ética do Senado, pedindo a abertura de processo administrativo-disciplinar por quebra de decoro parlamentar. No mesmo dia, o ministro do STF Ricardo Lewandowski ordena a quebra do sigilo bancário do senador.
- 3/abr.** Demóstenes se desfilia do DEM para evitar expulsão do partido, que fica com quatro senadores.
- 11/abr.** Demóstenes é notificado a apresentar sua defesa ao Conselho de Ética em dez dias úteis.
- 12/abr.** Humberto Costa assume a relatoria do caso no Conselho de Ética, depois que outros cinco senadores recusam a função.
- 25/abr.** Recebida a defesa prévia do senador. O texto, de 61 páginas, foi entregue pelo advogado Antônio Carlos de Almeida Castro. Além de sustentar a ilegalidade das escutas, Demóstenes argumenta que a representação do PSOL não tem fundamento legal por se basear em matérias jornalísticas. Ele pede ao Conselho de Ética que aguarde as conclusões da CPI mista do caso Cachoeira.
- 3/mai.** Humberto lê seu relatório, recomendando a abertura de processo contra Demóstenes.

Randolfe diz que não há como retroceder

Encerrada a reunião em que o Conselho de Ética conheceu o parecer de Humberto Costa, o líder do partido que apresentou a ação, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), disse que o processo não pode retroceder.

— Nós, do Direito, dizemos que, quando uma causa está perdida, assiste ao advogado o mais sagrado dos direitos: o *jus sperniandi*, ou seja, o direito de esperar. O advogado de Demóstenes pode agora usufruir desse direito — afirmou. Randolfe explicou que,

“diante dos notórios indícios que incriminam Demóstenes”, o relator não poderia assinar um parecer que não fosse favorável à abertura de processo destinado à cassação.

— Foi um parecer fundamentado. O senador mentiu, e mentir nesta Casa significa ferir o decoro parlamentar. Além do mais, a mentira dele é até um crime tangencial diante da gravidade do crime principal, que é seu envolvimento com uma organização criminosa — disse Randolfe.

Randolfe acrescentou que os argumentos do advogado de Demóstenes, para quem o parecer contém acusações não elencadas na peça inicial protocolada pelo PSOL — não invalidam o relatório.

— O parecer de Humberto Costa sustenta o eixo da acusação, que é a quebra do decoro. A Constituição é clara em exigir do parlamentar um comportamento mais exemplar do que o de qualquer outro servidor — afirmou Randolfe.

SENADORES CELEBRAM 45 ANOS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS

O Senado realiza nesta segunda-feira sessão especial para comemorar os 45 anos do Polo Industrial de Manaus, antiga Zona Franca de Manaus. A iniciativa é de Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) e Eduardo Braga (PMDB-AM). A zona franca foi concebida pelo então deputado federal amazonense Francisco Pereira. Entrou em vigor, efetivamente, em 1967, com o objetivo de estimular o desenvolvimento da região.

Atualmente administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o polo industrial abriga cerca de 600 indústrias beneficiadas por incentivos fiscais concedidos pelo governo federal. “A zona franca ostenta progressiva saúde financeira, produtiva e empregatícia, representando para o estado a principal locomotiva industrial”, afirmam os idealizadores da homenagem, que ocorre às 11h no Plenário.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO: Pronunciamentos de senadores

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares.

CPI DA MULHER: Audiência em Santa Catarina

14h A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a violência contra a mulher realiza audiência pública na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Cyro Miranda defende "reengenharia" para recuperar FGTS

Waldemir Barreto/Agência Senado



A forma como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é gerenciado gera perdas aos trabalhadores. A afirmação é de Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da Subcomissão Temporária do FGTS.

O senador avalia que o fundo não acompanhou o dinamismo da economia brasileira nos últimos 20 anos e que precisa passar por uma "reengenharia". Segundo ele, o fundo teria R\$ 123 milhões a mais que o valor existente hoje se, em vez do indexador atual (TR mais juros fixos), fosse corrigido pelo IPCA.

Casildo propõe que pequena cervejaria entre no Supersimples

Waldemir Barreto/Agência Senado



Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou um projeto de lei que inclui as microcervejarias e as vinícolas no Supersimples, o regime unificado de arrecadação de tributos devidos pelas micro e pequenas empresas.

— Não tenho receio em afirmar que a maior parte desses empreendedores se enquadraria, por seu faturamento, no Simples Nacional. No entanto, as cervejarias pequenas, praticamente artesanais, enfrentam a mesma tributação que multinacionais do setor, com faturamento de bilhões de reais.

Barreiras comerciais da Argentina prejudicam RS, afirma Ana Amélia

Waldemir Barreto/Agência Senado



Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a balança comercial do Brasil em abril registrou o pior resultado para o período desde 2002. A diminuição das exportações foi uma das principais responsáveis.

A senadora citou o decréscimo dos negócios com a Argentina, o que prejudica o Rio Grande do Sul.

— O volume de mercadorias retido nas alfândegas, especialmente de Uruguai e Paso de los Libres, mostra o resultado da política protecionista adotada pela Argentina. A cada mês, aumenta o peso de barreiras aos produtos brasileiros.



Jone de Araújo/Agência Senado

A presidente em exercício do Senado, Marta Suplicy, participou ontem da posse do novo ministro do Trabalho, Brizola Neto. Segundo a presidente Dilma Rousseff, a nomeação reforça a parceria com o PDT, partido do ministro, e a importância histórica do trabalhismo, associado a conquistas como a jornada de oito horas e o salário mínimo. O ministro é neto de Leonel Brizola, morto em 2004,

fundador do PDT, e sobrinho-neto do ex-presidente João Goulart, que se tornou ministro do Trabalho de Getúlio Vargas aos 34 anos — um a mais que Brizola Neto. "O sobrenome que possui integra uma linhagem de brasileiros ilustres, que se inicia com Getúlio Vargas, João Goulart e da figura saudosista de meu avô, Leonel Brizola. Sobrenome indissolúvelmente ligado a essa trajetória histórica que agora se redesenha em Lula e Dilma."

Nova remuneração da poupança divide a opinião dos senadores

Mudança anunciada ontem pelo governo gera críticas da oposição e elogios dos aliados como instrumento para a desejada redução dos juros

A ALTERAÇÃO NA taxa de remuneração da caderneta de poupança, anunciada ontem pelo governo, provocou reações divergentes entre senadores aliados e de oposição. O rendimento será de 70% da Selic, a taxa básica de juros, quando esta cair abaixo de 8,5% ao ano.

Wellington Dias (PT-PI) afirmou que a medida é essencial para a queda dos juros, necessária para que o Brasil seja competitivo no mercado mundial. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou a mudança como uma "tunga".

— O porto seguro das pequenas economias pagará o pato da "guerra santa" deflagrada pela presidente, que, pelo jeito, não mostra coragem para mexer no que realmente interessa: tributos e ganhos de bancos — disse Alvaro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Wellington, medida é necessária para a competitividade do Brasil

Para Wellington, a redução dos juros esbarra na diminuição da remuneração da poupança. Ele disse que a presidente Dilma Rousseff vem tratando com firmeza o tema e lembrou que já foram tomadas medidas para reduzir a carga tributária, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de alguns



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro considera a novidade uma "tunga" e apresentou alternativas

produtos e a diminuição da contribuição previdenciária para certos setores.

Alvaro afirmou que, em vez de mexer na remuneração da poupança, o governo deveria induzir uma baixa das taxas de administração ou reduzir os tributos cobrados sobre os fundos de investimento, que pagam atualmente 22,5% de Imposto

de Renda. Ele ressaltou que a adoção de uma dessas medidas — ou de ambas — preservaria a atratividade dos fundos de investimento sem mudar o ganho da poupança. Para ele, o objetivo do governo é impedir migração de recursos dos fundos de investimento, principal fonte de financiamento da dívida pública.

Wellington argumentou que a Taxa Selic, que chegou a 28% em 2002, pagava no mês passado 9%, com uma taxa de juros real de 3,34%. Para abaixá-la mais, disse o parlamentar, é preciso mexer na poupança.

— Estou defendendo abertamente que o Brasil não pode perder o bonde da história. É a hora de alterar a regra da poupança — disse o petista, apartado por Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Eunício apoia novas ações do Plano Brasil Maior e a criação de vagas de trabalho

Para Eunício Oliveira (PMDB-CE), o anúncio de novas ações do Plano Brasil Maior, destinadas a incentivar a indústria brasileira e criar mais



Waldemir Barreto/Agência Senado

vagas de trabalho, indica que o governo se esforça para manter o país "a salvo da crise que destrói empregos e espalha o crescimento negativo nas economias no mundo".

Segundo o senador, a presidente Dilma Rousseff está

certa em cobrar do setor financeiro privado sua parcela de contribuição para o progresso econômico.

Ele ressaltou a importância da substituição do indexador que corrige a dívida dos estados com a União, o IGP-DI, e adiantou que, na próxima semana, a Comissão de Constituição e Justiça, presidida por ele, deve aprovar a repartição do ICMS cobrado de lojas virtuais.

Pinheiro registra avanços do Brasil diante de crise econômica mundial

Walter Pinheiro (PT-BA) saudou ontem a passagem do Dia Internacional do Trabalho, comemorado dia 1º, dizendo que o Brasil avança em



Waldemir Barreto/Agência Senado

diversos setores, mesmo com a crise na economia mundial e o registro de alterações climáticas, como secas e enchentes, em diversas regiões do país.

O senador registrou que parte expressiva dos resultados positivos veio do campo,

com a participação do agronegócio e da agricultura familiar. Ele citou ainda avanços na geração de emprego no Brasil, em contraste com a Espanha, onde uma multidão protesta contra o desemprego.

Pinheiro voltou a cobrar a liberação de recursos do governo em favor de municípios do semiárido baiano, que reúne 266 cidades em 70% do território do estado.



Márcio Kolumbe/Agência Senado

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita (C), reuniu-se ontem com representantes da Assembleia Legislativa do Amapá para discutir detalhes do convênio que garantirá a transmissão da Rádio e da TV Senado para aquele estado. Participaram da reunião o assessor da Presidência da Assembleia do Amapá Elpidio Amanajás (E); o chefe da Casa Militar daquele estado, coronel PM Abel Nascimento (2º à esq.); o diretor da Secretaria Técnica de Eletrônica do Senado, Agnaldo Scardua (2º à dir.); e o coordenador de Rede da Rádio Senado, Aldo Renato Bernardes.

Para possibilitar a sanção do texto, Comissão de Agricultura pretende propor à presidente vetos e medidas provisórias que tornem a reforma mais próxima do projeto que havia sido aprovado na Casa

Código Florestal: Senado fará sugestões a Dilma

POR SUGESTÃO DE Blairo Maggi (PR-MT), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisará as mudanças feitas pela Câmara dos Deputados no projeto de reforma do Código Florestal e levará sugestões à presidente Dilma Rousseff de forma a possibilitar a sanção do texto.

O senador lembrou que o projeto aprovado em dezembro pelo Senado e enviado à Câmara foi resultado de amplo processo de entendimento, mas com as mudanças feitas pelos deputados, a presidente terá dificuldades em decidir pela sanção ou veto, de partes ou de todo o projeto.

— Minha sugestão é que possamos discutir e levar nosso ponto de vista à presidente: se a senhora vetar esse item, recomponha, através de medida provisória, aquilo que o Senado fez — exemplificou Blairo.

Ele considerou legítimo o direito dos deputados de

modificar o projeto, mas quer que a comissão defenda com a presidente a manutenção de itens que considera essenciais. O parlamentar destacou, entre esses itens, a definição de faixas mínimas de matas ao longo dos rios.

A preocupação com o desfecho para o processo de reforma do Código Florestal foi compartilhada pelo presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), e pela senadora Ana Amélia (PP-RS). Gurgacz explicou que a comissão pretende elaborar um documento expressando a opinião dos senadores da CRA.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), a posição dos senadores é claramente favorável ao texto aprovado em dezembro. Ele recordou que, para a aprovação, houve entendimentos com governo, ambientalistas, cientistas, setor produtivo e deputados.

— Nenhuma das modificações no Senado foi feita sem o entendimento dos deputados, apesar de haver divergências, mas eram minoritárias — disse Moka.

Luiz Henrique (PMDB-SC), que foi relator do projeto, destacou o esforço feito pelo Senado e se disse decepcionado com a decisão dos deputados de fazer alterações significativas no texto.

— Inclusive, foram feitas mudanças que retroagiram — frisou o senador.

Sérgio Souza (PMDB-PR) destacou a busca de equilíbrio no texto do Senado e também está preocupado com um possível veto total ao projeto, o que deixaria, disse, uma insegurança jurídica no campo.

— É papel deste Senado, através dessa Comissão de Agricultura, tentar produzir algo eficaz e plausível — opinou, recebendo apoio de Antonio Russo (PR-MS).



José Pimentel, Vanessa Graziotin (em pé) e Lídice da Mata em reunião da CDR

Comissão quer combater pragas da palma forrageira

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai debater medidas de combate a pragas que devastam plantações de palma forrageira no Nordeste. A iniciativa da audiência pública é de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Lídice da Mata (PSB-BA).

“A praga é mortal não só para a planta, mas principalmente para o pequeno produtor, que fica sem renda e sem sustento”, destacou Cunha Lima. Na Paraíba, informou, um ataque da praga cochonilha-do-carmim destruiu cerca de 40% dos 160 mil hectares de plantio de palma forrageira. Os municípios do Cariri foram os mais afetados.

Especialistas da Embrapa,

do Ministério da Agricultura, da Emater e da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (Emepa) serão convidados para o debate.

Outro requerimento aprovado, dos mesmos senadores, prevê audiência com prefeitos e governadores sobre a guerra fiscal. Cássio sugeriu ainda a participação no debate do procurador do Ministério Público de Pernambuco Ricardo Alexandre de Almeida Santos.

A data das audiências ainda será definida. A votação do projeto que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal e a eleição do vice-presidente da CDR, que constavam da pauta, foram adiadas.

Senadores vão debater a criação de reservas indígenas

A demarcação de reservas indígenas e os possíveis impactos sobre a agricultura serão discutidos em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Requerimento de Ana Amélia (PP-RS) foi aprovado ontem.

A senadora está preocupada com a demora na homologação de reservas, que, segundo

ela, dá margem a conflitos entre indígenas e agricultores por disputa de terras. Ela sugere como convidados Rudinei Candeias, procurador do Rio Grande do Sul, e representantes da Funai, do Ministério da Justiça, da Confederação Nacional da Agricultura e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.



Gurgacz, presidente da comissão, explica que será elaborado um documento com a opinião dos integrantes do colegiado

Usinas em construção causam injustiça social, diz Viana

Para que as construções de grandes hidrelétricas na região Norte sejam consideradas sustentáveis, é necessário avaliar não apenas os aspectos econômicos e ambientais, mas também a dimensão social desses empreendimentos, recomendou Jorge Viana (PT-AC). O senador ressaltou que as greves são recorrentes nas obras das usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e de Belo Monte, no Pará. E que, na vizinhança delas, vem aumentando o tráfico de drogas e a prostituição.

— Os benefícios para a população do entorno dessas usinas são pequenos, com prejuízos maiores que os ganhos — reiterou Viana, durante audiência sobre “Uso sustentável da energia”, promovida pela Comissão de Meio Ambiente

(CMA), parte de ciclo de debates sobre as questões da Rio+20. Ele também observou que a maior parte da energia a ser produzida em Santo Antônio e Jirau, sobre o rio Madeira, será consumida pelo Sul e Sudeste.

— Então a região mais pobre facilita a vida da mais rica. Não deveria ser o contrário, para diminuir as desigualdades regionais? — questionou.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendeu o uso de parte das receitas da exploração de petróleo, “especialmente do pré-sal”, em pesquisas sobre energias renováveis, por meio de investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação.

Para Rollemberg, “não se pode discutir economia verde sem tratar da mudança da

matriz energética mundial”.

— Um dos principais responsáveis pelo aquecimento global é o uso de combustíveis fósseis, como o petróleo. E o Brasil tem um diferencial de competitividade, já que tem uma matriz extremamente diversificada — assinalou.

Altino Ventura Filho, do Ministério das Minas e Energia, destacou que muitas das fontes

primárias de energia do Brasil são baixas emissores de gases do efeito estufa. Em 2010, além do petróleo e seus derivados (37,8%), destacaram-se a cana e seus derivados (17,7%), hidrelétricas (14,1%), gás natural (10,3%), carvão vegetal (9,5%), carvão mineral (5,2%), outras energias renováveis (4%) e energia nuclear (1,4%).

A tendência é que o petróleo diminua sua importância na matriz, enquanto a da cana deve aumentar. Segundo o diretor executivo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), Eduardo Leão de Sousa, o segmento é responsável por um PIB de US\$ 48 bilhões e mais de 1 milhão de empregos no país. Até 2020, disse, deve alcançar um PIB de US\$ 90 bilhões e gerar cerca de 350 mil empregos diretos.



Eduardo Leão de Sousa, Altino Ventura Filho, Rodrigo Rollemberg, Neilton Fidelis e Marcelo Moraes em debate na CMA

Texto disciplina relações do Brasil com a ONU para utilização do local, instalações médicas, hospedagem, transporte e segurança do evento que acontecerá em junho

Aprovado acordo para realização da Rio+20

O PLENÁRIO APROVOU ontem acordo entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU) para a realização da Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que ocorre no Rio de Janeiro de 13 a 22 de junho. O projeto de decreto legislativo contendo o acordo (PDS 124/12) vai à promulgação.

Com 15 artigos, o acordo disciplina as relações entre o Brasil e a ONU por ocasião do evento. O documento aborda a adequada utilização do local e as necessidades em termos de equipamento, suprimentos e material de consumo; instalações médicas; hospedagem; transporte; proteção policial



Presidente em exercício, Marta Suplicy (D, com Claudia Lyra) coordena votação

e segurança; financiamento; légios e imunidades; e questões relacionadas a impostos

Waldemir Barrato/Agência Senado

e taxas para importação temporária de equipamentos técnicos, entre outros.

O texto havia recebido parecer favorável, ontem mesmo, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O relator foi o presidente do colegiado, Fernando Collor (PTB-AL).

A Rio+20 deverá reunir mais de cem chefes de Estado e de governo na mesma cidade onde foi celebrada, há 20 anos, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. São esperadas mais de 50 mil pessoas no Rio para o evento deste ano.

Como anfitrião, o governo brasileiro proverá áreas

adicionais, além do Riocentro, para agências especializadas, entidades e organizações convidadas pelas Nações Unidas, assim como espaços para debates promovidos pela sociedade civil e para atividades culturais.

— Este é um documento essencial para que a conferência possa ser realizada com total segurança e para que se possam obter os almejados compromissos sobre desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza e proteção do meio ambiente. Este será um dos grandes eventos da segunda década deste século — afirmou Collor, ao defender a aprovação do acordo.

Comissão relizará audiência sobre tratado de cooperação amazônica

Na reunião da CRE, também foi aprovado requerimento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para a realização de audiência pública — em conjunto com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas — sobre as prioridades da atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Entre os convidados, estão o secretário-geral da entidade, embaixador Alejandro Gordillo, e o representante do Brasil

na OTCA, Clemente Baena Soares. Segundo Vanessa, a audiência vai anteceder um debate com os ministros de todos os países amazônicos durante a Rio+20, no próximo mês. A CRE adiou para a próxima semana requerimento de Roberto Requião (PMDB-PR) de dispensa de audiência pública sobre proposta de emenda à Constituição que trata da participação do Congresso na negociação de acordos sobre comércio internacional.

Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul segue para promulgação

O Plenário aprovou ainda o PDS 65/12, sobre o regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul, adotado por decisão aprovada em reunião ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, Paraguai, em julho de 2009. O texto será encaminhado à promulgação. A novidade vai financiar programas e projetos relacionados à agricultura familiar, permitindo a

participação dos atores sociais em atividades vinculadas ao tema. O Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul será constituído pelas contribuições dos países-membros e pela renda gerada pela própria iniciativa. No Brasil, a instância responsável pelos aportes será o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Haverá aportes anuais de US\$ 360 mil dos países do Mercosul — sendo US\$ 225 mil do Brasil.

Brasil terá novos embaixadores na Eslováquia e em Botswana

A CRE aprovou ontem a indicação da ministra de primeira classe Susan Kleebank e do ministro de segunda classe Marcio Araujo Lage para embaixadores na República Eslovaca (Europa Oriental) e em Botswana (África), respectivamente. As mensagens presidenciais com as indicações ainda serão votadas pelo Plenário. Em sua exposição à comissão, Susan Kleebank assinalou que o governo da Eslováquia vem adotando medidas de controle fiscal e redução de gastos como resposta à crise internacional.

Os investimentos externos aumentaram 4,5% no ano passado na Eslováquia — surgida com o desmembramento da Tchecoslováquia, em 1993. Estão representadas no país mais de cem grandes empresas norte-americanas, além de grandes companhias europeias como a Volkswagen, que pretende produzir ali número de veículos correspondente à metade do que é montado no Brasil. Segundo a embaixadora indicada, o governo eslovaco pretende transformar Bratislava, a capital do país, em um centro de alta tecnologia, onde

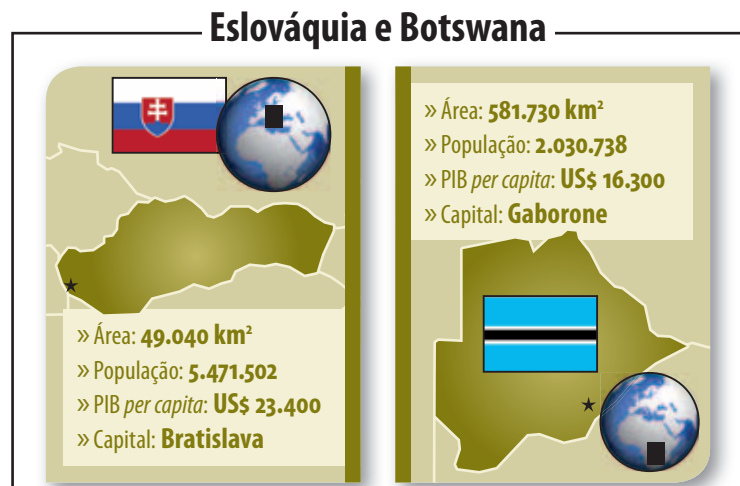
já estão presentes empresas como a Microsoft e a HP. Susan Kleebank anunciou a intenção de levar para a Eslováquia estudantes brasileiros beneficiados pelo Programa Ciência sem Fronteiras. Durante o debate, Ana Amélia (PP-RS) ressaltou o fato de a Eslováquia ter hoje uma primeira-ministra, Iveta Radičová, ao mesmo tempo em que o Brasil conta com a sua primeira presidente, Dilma Rousseff. **África** O embaixador designado para Botswana definiu o país

africano como uma “florescente democracia, que conta com significativa estabilidade e crescimento econômico”. De acordo com Araujo Lage, empresas brasileiras poderão interessar-se por grandes investimentos em infraestrutura planejados por aquele país, caso de obras de irrigação e de uma ferrovia que poderá atravessar Botswana de leste a oeste, ajudando a conectar Moçambique, banhada pelo oceano Índico, à Namíbia, junto ao oceano Atlântico. — Botswana está no centro da África Austral e pode vir a ser um núcleo de novas oportu-

nidades de investimento e exportações — disse. O embaixador indicado também informou que já está sendo negociada a adoção, por Botswana, do padrão nipo-brasileiro de televisão digital. Após a exposição dos diplomatas, Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou a política externa brasileira, por ampliar o número de embaixadas em todo o mundo, mesmo em países que poderiam ser considerados pequenos. Por sua vez, Sérgio Souza (PMDB-PR) manifestou interesse pela opinião atual dos países africanos sobre o Brasil.



Fernando Collor (C) preside reunião da CRE, que aprovou nomes de Susan Kleebank e Araujo Lage para embaixadas



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

Texto aprovado na Comissão de Agricultura diz que benefício será dado preferencialmente a mulher; argumento é que ela se preocupa mais que homem com bem-estar dos filhos

Projeto entrega bolsa social às chefes de família

OS BENEFÍCIOS PREVISTOS nos programas de apoio à conservação ambiental e de fomento às atividades rurais poderão ser direcionados preferencialmente às mulheres chefes de família caso seja transformado em lei projeto (PLS 44/12) aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O texto agora vai para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Os programas, instituídos pela Lei 12.512/11, preveem a transferência de recursos para famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação

ambiental ou atividades agrícolas com mão de obra familiar.

Segundo o projeto, os pagamentos deverão ser feitos preferencialmente às mulheres, consideradas mais eficientes na promoção do bem-estar dos filhos.

O projeto modifica ainda a Lei 8.742/93, que trata da organização da assistência social, para também prever o direcionamento prioritário dos recursos para as mulheres.

O autor do projeto, Paulo Bauer (PSDB-SC), informa que o Programa Bolsa Família já concede benefícios preferencialmente às mulheres, o que, para ele, tem contribuído para



Senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer: benefício para famílias pobres do campo

o sucesso da iniciativa.

Conforme o senador, “as mulheres tendem a utilizar os

recursos recebidos de modo mais eficaz devido à reconhecida habilidade que têm em

cuidar adequada e responsável da manutenção de suas famílias”.

O voto favorável do relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), lido por Ana Amélia (PP-RS), afirma que a medida tornará mais efetivos os esforços do governo para erradicar a pobreza.

A prioridade às mulheres no direcionamento de benefícios sociais tem sido adotada em outros países, com resultados positivos, de acordo com Bauer:

— É preciso incluir mais as mulheres na gestão de programas sociais, visando à eliminação da pobreza e das diferenças sociais.



Eduardo Suplicy: imprensa livre

Suplicy critica impunidade em ataques a jornalistas

O artigo “Por que matar jornalistas?”, de Eugênio Bucci, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, foi usado por Eduardo Suplicy (PT-SP) para alertar sobre a liberdade de imprensa no país.

Ele lamentou os assassinatos de profissionais da imprensa no país, que já seriam quatro neste ano.

No artigo, Bucci ressalta que o histórico das investigações policiais não é positivo quando o assunto é homicídio de jornalistas. Segundo ele, nos últimos 20 anos, 70% desses assassinatos não foram esclarecidos.

— Para proteger a vida de seus funcionários, os jornais internalizam o medo. Se os jornais não cobrem, o cidadão não sabe o que se passa em sua cidade, em seu país. Com impunidade garantida, os criminosos escapam ilesos — disse Suplicy.

Vanessa Grazziotin elogia mudanças sobre participação em lucros

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) parabenizou ontem o governo pela intenção de mudar as regras relativas à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Em pronunciamento, a senadora disse que a proposta deve prever a isenção do Imposto de Renda Pessoa Física sobre uma parcela que vai de R\$ 10 mil a R\$ 11 mil na distribuição dos lucros. Vanessa lembrou que a medida é uma antiga reivindicação dos trabalhadores, ao lado da redução da jornada de trabalho.

A senadora também comentou as mudanças na remuneração da poupança como forma de diminuir a taxa de juros no país. Ela observou que a implantação da proposta do governo exige cautela, tendo em vista que a poupança é o investimento preferido de parcela da população com menor poder aquisitivo.



Vanessa: cautela quanto à poupança

Marta parabeniza STF por decisão sobre cotas raciais

Marta Suplicy (PT-SP) comemorou ontem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de considerar constitucional a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. Essa decisão, disse a senadora, ao lado de outras como as permissões para o aborto de fetos anencéfalos e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, coloca o Supremo muito adiante do Congresso Nacional.

Marta disse não saber se o Legislativo está acanhado ou simplesmente retrocedeu, adotando uma postura mais conservadora, distante da sociedade. Ela lembrou que poucos parlamentares se posicionam de forma clara a respeito de temas polêmicos, com medo de perder o apoio dos eleitores. A senadora mencionou a apresentação, há 16 anos, de projetos de sua autoria que versam sobre os temas já citados, agora considerados legais e constitucionais pelo Supremo.



Jorge Viana: Brasil precisa responder

Militares da Bolívia queimaram plantações no Acre, diz Viana

Jorge Viana (PT-AC) alertou para a ocorrência de conflitos frequentes na fronteira do Acre com o estado boliviano de Pando. Ele disse que militares da Bolívia adotaram “medidas inaceitáveis” na cidade acriana de Capixaba.

— Casas foram queimadas, criações foram mortas, plantações foram destruídas, tiros foram dados. O medo se estabeleceu na região.

O senador disse que tropas do Exército foram deslocadas para o estado para garantir a segurança na área.

Até agora, as autoridades bolivianas não se pronunciaram oficialmente, acrescentou Jorge Viana. Ele disse esperar que a Bolívia puna os responsáveis.

— Esse abuso não pode seguir acontecendo — disse o senador, pedindo “solução firme” por parte do governo brasileiro.

Anibal destaca visita do governador do Acre a ministérios em Brasília

Anibal Diniz (PT-AC) relatou ontem, em pronunciamento, visita do governador do Acre, Tião Viana, a Brasília, onde manteve audiência com a secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães. Durante o encontro, do qual o senador também participou, foram acertados detalhes do Projeto Cidade do Povo, que tem como objetivo diminuir o déficit habitacional no estado.

— O Projeto Cidade do Povo, que prevê a construção de 9.200 casas para a população de baixa renda, foi elogiado e complementado pela secretária Inês Magalhães — afirmou o senador, lembrando que a iniciativa prevê investimentos de R\$ 1,1 bilhão do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O governador também esteve nos ministérios do Desenvolvimento Agrário, de Minas e Energia e da Pesca.



Senador detalha Projeto Cidade do Povo

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Capiberibe propõe fundo nacional para segurança pública

Com o objetivo de garantir recursos regulares e frequentes para a manutenção e melhoria da segurança pública no país, João Capiberibe (PSB-AP) pretende apresentar proposta para criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

Para financiar o fundo, disse o senador, a proposta destinará parcelas do IPI e do ICMS recolhidos da venda de armas e material bélico, porcentagem dos impostos pagos por empresas do ramo de serviços de segurança e parte do lucro líquido de bancos e instituições financeiras. Também ajudariam a garantir recursos doações de cidadãos e empresas, e parte do Imposto sobre Grandes Fortunas, que ainda carece de regulamentação.

— A ideia é criar um fundo capaz de prover de recursos as instituições de segurança pública dos estados, que lidam diretamente com esse problema — explicou.



Capiberibe: recursos devem ir para as instituições estaduais do setor

Jayne comunica início de campanha contra aftosa em Mato Grosso

Teve início ontem a campanha de vacinação contra a febre aftosa em Mato Grosso, anunciou Jayme Campos (DEM-MT). Serão imunizados, na primeira etapa, 12,5 milhões de bezerros, com idade entre zero e 24 meses, do rebanho bovino total do estado, que é de 29 milhões de cabeças de gado.

O senador informou que até novembro será completada a vacinação do restante do rebanho. Nessa primeira etapa, as fazendas do Pantanal, por exemplo, serão deixadas de lado em razão do período das águas, quando há dificuldade de acesso aos pastos.

Jayne destacou o fato de que, em 2011, 99,76% do rebanho mato-grossense foi vacinado contra a febre aftosa e se referiu ao ótimo desempenho de seu estado no setor do agronegócio.

Atualmente, ressaltou, Mato Grosso é o maior produtor de soja e de algodão do país. O estado ocupa também a segunda posição nacional nas exportações do agronegócio, sendo superado apenas por São Paulo.



Wellington Dias (C) preside audiência pública da CDH, que vai pedir inspeção de ministérios em região de canaviais

Uso de crack para pagar canavieiro é denunciado

Em debate ontem, especialistas alertaram para denúncias de que a droga é usada para pagar cortadores de cana em Araraquara (SP). Encontro também discutiu condições das comunidades terapêuticas do país

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai pedir aos ministérios do Trabalho, da Justiça e da Saúde uma inspeção em canaviais na região de Araraquara (SP) para investigar denúncia de que pedras de crack estão servindo de pagamento para cortadores de cana dependentes da droga. O assunto foi trazido aos senadores em audiência pública que ontem debateu o relatório da 4ª Inspeção do Conselho Federal de Psicologia (CFP) a centros de internação para usuários de drogas.

— Seria grave um fato dessa ordem e justifica pedir uma inspeção — disse Wellington Dias (PT-PI), que coordenou a audiência.

O autor da denúncia foi Anderson Lopes Miranda, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Segundo ele, a irregularidade foi identificada pela Pastoral da Terra.

Violações

Sobre a inspeção a centros para dependentes químicos, que motivou a audiência, o coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Pedro

Paulo Bicalho, apontou um quadro de violação aos direitos básicos dos pacientes.

— Grande parte dos acolhidos vive em situações que as entidades classificam como práticas de cuidado, mas que na realidade são medidas de violência — disse Bicalho, lembrando que foram visitados 69 centros de tratamento em todo o país, conhecidos como comunidades terapêuticas.

Entre outros fatos, ele relatou o caso de um abrigo que obrigava os internos a cavar buracos, para que eles se mantivessem ocupados, considerando essa uma “medida terapêutica”. Além disso, mencionou como fato comum os internos serem forçados a adotar práticas religiosas alheias à sua fé e sofrerem repressão à sua condição sexual. O mais grave seria a aplicação de castigos físicos aos que descumprem as normas estabelecidas.

Mão do Estado

Wellington Dias elogiou o trabalho do CFP, mas ressaltou que o relatório não pode ser visto como um retrato do conjunto das comunidades terapêuticas. Ele disse que visitou cerca de 600 das mais

de 2 mil comunidades do país, atestando que há muitos centros de elevado padrão.

Por sua sugestão, a CDH levará ao governo um conjunto de propostas para reforço das políticas de tratamento da dependência química. Uma delas é a de que seja realizada a primeira conferência nacional para debater políticas de enfrentamento às drogas.

Paulo Davim (PV-RN), que é médico, defendeu o enfrentamento do problema da dependência química predominantemente por meio da “mão forte do Estado”. O senador lamentou que as ações sejam preponderantemente conduzidas por instituições filantrópicas, em grande parte com “viés religioso”.

Para Eduardo Amorim (PSC-SE), o governo demora a estabelecer uma política integrada que efetivamente funcione para prevenir, tratar e integrar as vítimas da dependência química.

Também participaram do debate Roberto Tykanori, do Ministério da Saúde; Paulo Avelino, da Sociedade Brasileira de Psicanálise; e Nilton Vaz, do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Davim defende que supermercados deixem de vender cigarro

Paulo Davim (PV-RN) pediu o apoio dos senadores para a aprovação de um projeto de lei que apresentou ontem visando aumentar a restrição aos locais de venda de produtos derivados do tabaco.

O projeto acrescenta à Lei 9.294/96 a proibição de venda em bancas de jornais, postos de gasolina e supermercados. Hoje, a venda é proibida em estabelecimentos de ensino e de saúde e em órgãos públicos.

— Não podemos associar a imagem de alimentos ao cigarro, como se fosse algo natural, banalizado.

O senador afirmou que a redução dos pontos de venda diminui a possibilidade de acesso ao produto, o que, segundo a Organização Mundial da Saúde, atua comprovadamente como desestímulo ao seu consumo, sobretudo por jovens e adolescentes. Davim, que é médico, lembrou que o fumante é mais suscetível a problemas cardíacos e câncer.



Davim: redução de pontos de venda desestimula consumo de cigarro

Lídice participa de evento na África contra trabalho infantil

Lídice da Mata (PSB-BA) falou de sua participação no Encontro Sub-Regional Tripartido sobre Erradicação do Trabalho Infantil, realizado em Cabo Verde.

Convidada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a senadora representou o Congresso Nacional e a Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em debates destinados a acelerar o combate ao trabalho infantil na África de língua portuguesa.

Lídice falou aos participantes da experiência brasileira na formação de frentes parlamentares na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes como instância que vem assumindo importante função nas discussões e definições de políticas públicas.

O evento reuniu técnicos de Portugal, Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, além de representantes de entidades de cooperação internacional.

A senadora espera que a Bahia seja sede da 3ª Conferência Global de Combate ao Trabalho Infantil, a ser realizada no Brasil no ano que vem.

CPI quer ouvir ministros sobre tráfico de pessoas

A CPI que investiga o tráfico nacional e internacional de pessoas aprovou 18 requerimentos com o objetivo de fazer um balanço das ações oficiais contra esse crime. A comissão decidiu realizar uma audiência em Natal e uma diligência em Goiânia para apurar denúncias.

Pelos requerimentos de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lídice da Mata (PSB-BA), devem ser chamados para

audiências os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci, da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e de Desenvolvimento Social, Tereza Campello. Eles deverão fazer uma avaliação do 1º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e das metas para a segunda edição.

Devem ser convidados

também representantes do núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amazonas, de Goiás e de São Paulo e autoridades responsáveis pelo setor em órgãos federais.

A CPI quer ouvir ainda o presidente da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, Hélio Bicudo, e o subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto.

Souza diz que CPI deve propor financiamento público de campanha

Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou ontem que, além de recomendar a punição exemplar dos culpados de irregularidades, a CPI mista que investiga as atividades ilícitas de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, deve também oferecer propostas para impedir que fatos criminosos se repitam. Ele defendeu o financiamento público de campanha, pois considera o chamado caixa dois das campanhas eleitorais o problema que mais salta aos olhos.

O senador também defendeu a modernização da Lei 8.666/93, a chamada Lei das Licitações. Para ele, essa legislação deve se adaptar “às novas tecnologias e à nova dinâmica mundial”.

O parlamentar defendeu ainda o fim do excesso de cargos comissionados, cuja utilização possibilita o financiamento de partidos políticos; a melhoria do sistema de transparência da gestão pública; a regulamentação do *lobby*; e a devolução integral dos prejuízos causados aos cofres públicos.



Para Sérgio Souza, a CPI do Cachoeira deve ir além das investigações sobre contravenção

Eventual convocação de Roberto Gurgel para depor divide opiniões

A possibilidade de convocação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para depor à CPI do Cachoeira, divide a opinião de senadores. Fernando Collor (PTB-AL), por exemplo, defende que Gurgel seja convocado a depor logo no início dos trabalhos.

— Nós queremos ouvir do procurador quais os motivos o levaram a oferecer a denúncia; em que artigos do Código Penal estão incursos os supostos envolvidos nesse esquema criminoso; e dizer, sobretudo, por que o inquérito de 2009 [da Operação Vegas] pernoitou, anos e anos, nas gavetas do seu gabinete, sem que nenhuma providência tivesse sido tomada — disse, em reunião da CPI na quarta-feira.

Pedro Taques (PDT-MT), por sua vez, é contrário à convocação. Para ele, se depuser na CPI, Gurgel ficará impedido de apresentar eventuais denúncias contra acusados, “porque se tornará testemunha”. O mesmo argumento foi usado pelo procurador-geral, na quarta-feira, para recusar convite a depor.

No entanto, para Collor, não há impedimento jurídico para a CPI ouvir Gurgel, uma vez que as denúncias não são privativas do procurador-geral e poderiam ser feitas por qualquer subprocurador-geral da República.

Membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura ouviram que obstáculo a 50 projetos de concessão será eliminado

Senadores discutem com ministro duplicação e concessão de rodovias

OS SENADORES DA Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) foram recebidos ontem pelo ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos. No encontro, realizado no ministério, debateram alguns dos gargalos do sistema de infraestrutura do Brasil, incluindo as malhas rodoviária, ferroviária e hidrovária.

— Foi uma ação positiva, porque nas audiências públicas [da comissão] em geral, abordamos o assunto, mas não temos um seguimento daquilo — disse Lúcia Vânia (PSDB-GO), que preside a CI e requereu o encontro no Ministério dos Transportes.

No encontro, foram discutidos os conflitos que existem entre o Plano Nacional de Viação e o Sistema Nacional de Viação. Por causa disso, 50 projetos de concessão de rodovias, em tramitação na CI, não podem ser votados.

— Tivemos a grata notícia de saber que o Ministério dos Transportes tomou a iniciativa de fazer uma compatibilização entre os dois planos. Sem dúvida nenhuma, é uma solução importante para o prosseguimento dos nossos trabalhos na Comissão de Infraestrutura — afirmou Lúcia Vânia.

O ministro Paulo Sérgio Passos garantiu que o Executivo irá encaminhar



Ministro Paulo Sérgio Passos recebe senadores: discussão sobre infraestrutura de transportes

ao Conselho Nacional de Transportes todas as 50 propostas apresentadas pelos senadores e analisá-las para que posteriormente façam parte do Plano Nacional de Transportes.

Também foram discutidos temas como o marco legal de rodovias e as obras de duplicação e pavimentação em algumas delas, como a BR-153 (Transbrasiliana); a construção de eclusas para permitir a navegação em rios como o Tocantins; e a implantação de mais ferrovias e hidrovias, que ainda representam um gargalo para o desenvolvimento do país.

— A quantidade de acidentes com morte é muito grande. Para resolver isso, é necessária a duplicação — disse Waldemir Moka (PMDB-MS),

referindo-se à BR-163, ligação entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Além de Lúcia Vânia e Waldemir Moka, participaram do encontro no Ministério dos Transportes Ivo Cassol (PP-RO), Vicentinho Alves (PR-TO), Jayme Campos (DEM-MT) e Kátia Abreu (PSD-TO).

— A ação foi positiva neste momento em que o Congresso Nacional tem uma série de atribuições, como CPI e Conselho de Ética. É preciso que a Casa não paralise seus projetos. Os parlamentares querem oferecer à sociedade brasileira, ao lado das investigações e ações para coibir malfeitos apontados, a não paralisação dos trabalhos — afirmou Lúcia Vânia.

Para Ivo Cassol, CPI não pode paralisar obras viárias urgentes

Os envolvidos em corrupção nas obras do governo devem ser banidos do setor público, mas as investigações não podem interromper obras importantes para o setor viário, disse Ivo Cassol (PP-RO). O senador afirmou esperar que a CPI do Cachoeira “dê o nome aos bois”, mas temer que “a recuperação de rodovias importantes para Rondônia e para o Brasil fique a cargo de empreiteiras capazes de envolver políticos num emaranhado de corrupção, de picaretagem”.

Cassol citou a necessidade de obras na BR-364, em que a Delta, hoje em investigação pela CPI, “fazia de conta que tapava os buracos”, e da conclusão do anel viário de Ji-Paraná (RO). “Que o Ministério dos Transportes não fique estagnado de maneira nenhuma”, pediu.



Alcineira Maniz/Agência Senado

MP que aumenta o valor dos imóveis do Minha Casa, Minha Vida deve ser votada na terça

Está na pauta do Plenário o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/12, decorrente da Medida Provisória 552/11, que trata da isenção de tributos no comércio de trigo e aumenta de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil o limite de valor dos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida. O relator, Gim Argello (PTB-DF), entregou ontem o relatório, que tem acordo de líderes para votação nesta terça-feira, dia 8. A MP tranca a pauta das votações.

O PLV 9/12 prorroga até dezembro a isenção de tributos na importação e na venda, no mercado interno, de trigo, farinha e pré-misturas de pão comum, além de aumentar o limite dos imóveis do Minha Casa, Minha Vida.

Jayme Campos anuncia recursos para rodovias de Mato Grosso

A duplicação da BR-163 no trecho entre Rosário Oeste (MT) e Posto Gil (MT) deve ser concluída em dois anos, anunciou Jayme Campos (DEM-MT). Os trechos de outra rodovia, a BR-158, que não passam por reservas indígenas serão asfaltados, e a estrada Serra de São Vicente, que liga Cuiabá a Rondonópolis (MT), será liberada para tráfego em 30 dias. O senador comemorou os investimentos iminentes, que auxiliarão no transporte da produção agrícola de Mato Grosso, hoje escoada pelo Porto de Santos (SP), “quando seria mais rápido e fácil o transporte pelo Porto do Itaquí (MA)”.

— O Baixo Araguaia necessita de melhorias em infraestrutura. A região está crescendo e não há regularização fundiária, por exemplo — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Adiada instalação de comissão para análise de MP sobre linhas de crédito

Foi cancelada por falta de quórum a instalação da comissão mista encarregada de examinar a Medida Provisória (MP) 565/12, que autoriza o Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Não foi definida nova data para a instalação da comissão.

Em março, o Supremo Tribunal Federal determinou que comissões mistas do Congresso verifiquem a urgência e a admissibilidade das medidas provisórias.

Pimentel relatou projeto de lei que criou previdência complementar do servidor

Transformado em lei anteontem, o projeto que criou a previdência complementar do servidor público federal foi relatado por José Pimentel (PT-CE) nas três comissões em que passou: de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo o senador, “o novo regime trata todos os trabalhadores de forma igualitária”, ao mesmo tempo em que respeita os direitos adquiridos dos servidores públicos atuais.

A Lei 12.618/12, em que foi transformado o projeto de lei (PLC 2/12), restringe as aposentadorias no serviço público federal ao teto do INSS, que é de R\$ 3.916,20.